

HABEAS CORPUS Nº 493.384 - RS (2019/0042460-6)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : EVANDRO SILVA DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Evandro Silva dos Santos**, apontando-se como órgão coator o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que negou provimento ao agravo de execução interposto pela defesa, para manter a decisão proferida pelo Juízo da Vara de Execuções Criminais da comarca de Bagé/RS, que indeferiu o seu pedido de progressão de regime e de livramento condicional, ante a ausência do cumprimento de requisito subjetivo. Eis a ementa (Agravo em Execução n. 70079910964 – fl. 75):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. INSURGÊNCIA DEFENSIVA. LIVRAMENTO CONDICIONAL. PROGRESSÃO DE REGIME CARCERÁRIO. REQUISITO SUBJETIVO NÃO SATISFEITO NO CASO CONCRETO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

Ainda que a redação atual do art. 112 da LEP exija apenas o requisito objetivo e o atestado de conduta carcerária para preenchimento do requisito de ordem subjetiva, observo que, na espécie, o apenado ainda não está apto a gozar da progressão de regime e do livramento condicional. De sua GEP, extrai-se que praticou falta grave desde o início da execução. Sua avaliação psicológica apontou traços de agressividade e de negativa ao delito a que condenado. Nesse contexto, possível concluir que, no momento, o apenado não faz jus aos benefícios pretendidos, que somente podem ser concedidos quando benéficos à ressocialização do apenado, de modo que seja demonstrado indicativos de que esse não voltará a delinquir, o que não aconteceu na hipótese vertida. Decisão mantida.

AGRAVO DESPROVIDO.

Sobreveio o presente *writ*, no qual a Defensoria Pública sustenta, em síntese, que **a decisão agravada, que indeferiu a benesse ao ora paciente, não**

se coaduna com a norma do artigo 112 da LEP, bem como não está de acordo com o memorável entendimento doutrinário sobre a questão, posto que preenchidos os requisitos objetivo e subjetivo, não sendo as faltas graves anteriormente punidas aptas a obstarem a concessão do benefício (fl. 7).

Requer, liminarmente, *a suspensão da decisão do Tribunal a quo até o julgamento do mérito do presente writ* (fl. 7) e, no mérito, *a cassação da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado/RS, para que, seja concedido o benefício do livramento condicional* (fl. 8).

É o relatório.

Dúvidas não há sobre o caráter excepcional do deferimento de liminar em *habeas corpus*. Assim, há necessidade de se comprovar, de plano, patente ilegalidade a fim de se atender ao requerimento de urgência.

Sobre o tema, o Tribunal *a quo* consignou o seguinte (Agravado Regimental no Agravo em Execução n. 70079910964 – fls. 77/78 – grifo nosso):

[...]

Entendo que a decisão atacada merece ser mantida.

Embora a redação atual do art. 112 e seu § 2º, da Lei de Execuções Penais exija apenas o requisito objetivo e o atestado de conduta carcerária para preenchimento do requisito de ordem subjetiva para fins de livramento condicional e progressão de regime, **observo que, no caso concreto, o apenado ainda não está apto a gozar das benesses.**

Quanto ao livramento condicional, o referido artigo da LEP deve ser interpretado de forma sistemática com o art. 83, inciso III, do Código Penal, em consonância, ainda, com o princípio da individualização da pena. Prescreve o citado artigo:

Art. 83 - O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que:

III - comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto;

Consideradas as particularidades do caso concreto, pode o juízo não se ater apenas ao atestado de bom comportamento carcerário, devendo fazer uma análise mais aprofundada de outros aspectos subjetivos do apenado

enquanto cumpre pena.

Examinando a guia de execução penal, verifica-se que o apenado cumpre pena pelo delito de roubo majorado. Desde o início do cumprimento da pena (29/08/2016), o apenado registra procedimento administrativo disciplinar homologado e falta grave reconhecida judicialmente.

Além disso, a avaliação psicológica apontou traços de agressividade e de negativa do crime a que condenado.

Tais dados permitem concluir que, além de o apenado cumprir pena por crime grave (roubo majorado), encontra dificuldade na execução regular da reprimenda que lhe foi imposta.

Ainda que satisfeito o requisito objetivo para progressão de regime e livramento condicional, e que tenha sido penalizado pela falta grave praticada, **não demonstra condições, no momento, de progredir ao regime semiaberto ou permanecer em liberdade condicionada.**

Ademais, o livramento condicional só deve ser deferido quando benéfico à ressocialização de apenados, devendo ser demonstrados nos autos indicativos de que não voltará a delinquir, o que não aconteceu, impondo-se, por isso, o indeferimento do benefício.

O histórico do apenado demonstra sua incapacidade, no presente contexto, de ressocialização e adaptação às regras de um regime mais brando.

[...]

Pois bem. Sob essa moldura, o acórdão hostilizado não ostenta ilegalidade manifesta, perceptível *primus ictus oculi*, o que exclui o *quantum* de evidência da plausibilidade jurídica do pedido, necessário ao acolhimento do pleito cautelar *initio litis*.

Ao Colegiado cabe, por prudência, o exame do *thema decidendum*.

Indefiro, portanto, a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da Vara de Execuções Criminais competente sobre os fatos alegados na inicial.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, devolvam-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

